



Ata da 17.ª Reunião de Câmara | Ordinária

07 de abril de 2026, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a décima sétima reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereador, André Pedro de Almeida
6. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
7. Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues
8. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
9. Vereadora, Helena Alexandra Guimarães Ferreira
10. Vereadora, Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto
11. Vereador, João José de Magalhães Torres



A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de antes da ordem do dia

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, iniciou a reunião, dando nota de que a Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, fez distribuir entre os presentes, para conhecimento, o documento sobre o "Carbon Disclosure Project" (CDP), que constará da ata final.

A Senhora Vereadora, Adellna Fernanda Magalhães Rodrigues, interveio para referir que havia sido recentemente abordada por alguns cidadãos da freguesia do Castelo da Maia com uma questão relacionada com o passadiço que ligava Mandim ao Castelo da Maia. Referiu que o passadiço se encontrava encerrado há algum tempo, que era muito utilizado pelos residentes da área e que os cidadãos lhe haviam solicitado que perguntasse se existia data prevista para a sua reparação. Concluiu a intervenção dando nota de que a população havia retirado as vedações duas ou três vezes e continuava a utilizar o passadiço, colocando-se numa situação de risco.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio para referir que havia ocorrido uma derrocada e que o assunto se encontrava a ser analisado pela Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas.

A Senhora Vereadora, Helena Alexandra Guimarães Ferreira, interveio para referir que havia sido abordada por alguns pais da Escola Secundária de Águas Santas, que lhe haviam questionado se a escola dispunha de autonomia, ou se existia alguma diretriz da Câmara Municipal, para a colocação, ou não, de micro-ondas para utilização por parte dos alunos.

O Senhor Vereador, João José de Magalhães Torres, interveio para solicitar os documentos referentes ao Auto de Transferência no âmbito da Saúde, assinado em 2023.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, solicitou à Secretária da reunião, Marisa Neves, que pedisse à Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude, Mafalda Roriz, o décimo primeiro auto da descentralização de competências na área da saúde.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, interveio para referir que havia enviado uma informação, com bastante antecedência, para o Gabinete do Presidente, para



que fosse levada à Câmara para conhecimento e que, após constatar que a mesma não havia sido agendada, optou por realizar a intervenção para dar conhecimento à Câmara, dando ainda nota de que a enviaria a todos os presentes via email. Deu nota do despacho de arquivamento, por parte do Ministério Público, à queixa por si apresentada, relacionada com a situação de incompatibilidade do Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro. Concluiu a intervenção referindo que a pronúncia do Ministério Público era inequívoca quanto à impossibilidade de exercer funções em dois locais em simultâneo, não obstante referir que, à data, por força da existência da suspensão do mandato, não existia qualquer incompatibilidade.

O Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, interveio para recordar que o Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, havia votado contra a suspensão do Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio para referir que, relativamente à questão colocada pela Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, relativa ao passadiço entre Mandim e o Castelo da Maia, os serviços da Câmara estavam a envidar todos os esforços para acelerar o processo, dando nota de que era necessária a reconstrução de setenta metros do caminho, encontrando-se o processo em fase de consulta ao mercado para posterior abertura do procedimento.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, interveio para responder à questão colocada pela Senhora Vereadora, Helena Alexandra Guimarães Ferreira, relacionada com a existência, ou não, de micro-ondas nas escolas para utilização por parte dos alunos. Ressalvou que, atualmente, existiam muitas crianças com diversas restrições alimentares e que a existência de micro-ondas nos espaços das cantinas, único local onde poderiam existir, poderia conduzir a situações que escapavam à atenção do pessoal afeto ao controlo e vigilância das refeições escolares, tendo dado como exemplo uma ocorrência relacionada com uma fatia de bolo-rei, servida como sobremesa num almoço, que por pouco não havia sido ingerida por uma criança com alergia a amendoins. Referiu ainda que possíveis problemas relacionados com intolerâncias alimentares eram algo que quer a Câmara Municipal, quer a empresa responsável pela confeção das refeições escolares, pretendiam evitar, dando nota de que a Câmara estava a ponderar a



utilização de uma cantina de uma escola desativada para a confeção exclusiva de refeições para crianças com intolerâncias alimentares. Disse ainda que alternativas estavam a ser estudadas e que, na sequência do referido incidente, o uso de micro-ondas nas cantinas havia sido proibido.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, interveio em resposta ao Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, confirmando que havia votado contra a suspensão de mandato do Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, por entender que aquela não seria a figura jurídica adequada, dado que um vereador que se colocasse em situação de incompatibilidade deveria fazer uma opção, mas também porque o Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, havia apresentado à reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2026 um pedido de suspensão elaborado após o dia 2 de fevereiro de 2026, mas com a data desse mesmo dia, considerando que, a partir do momento em que o Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, soubesse que no dia 2 de fevereiro de 2026 iria assumir funções noutra local, incompatíveis com as que detinha, deveria ter assinado uma carta de renúncia até às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia anterior.

O Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, interveio para referir que o Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, estava a incorrer num lapso na sua análise, referindo que a tomada de posse havia ocorrido no dia 2 de fevereiro de 2026, dia em que se realizou uma reunião de Câmara, que a Lei determinava que as substituições tinham de ser apresentadas na primeira reunião após a tomada de posse e que o pedido de substituição havia sido apresentado na reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2026, precisamente a primeira após a tomada de posse.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou um **voto de pesar** pelo falecimento de António Lobo Antunes, subscrito por todos os membros da Câmara, que foi aprovado por unanimidade.

Mais se deliberou que do seu teor se dê pleno conhecimento às famílias enlutadas, à Sociedade Portuguesa de Autores e à Presidência da República, como sinal do respeito institucional que a sua memória merece, e o torne público pelos canais apropriados.



2. Atribuição de apoio financeiro à Associação de Proteção e Bem-estar Animal Amigos Picudos, destinado à comparticipação de despesas de funcionamento – 10.000,00€ (dez mil euros)

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – registo n.º 28691/25

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio para esclarecer que o apoio era anual, mas que dizia respeito ao ano transato, devido ao atraso na entrega de alguma documentação por parte da associação.

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio à Associação de Proteção e Bem-Estar Animal, Amigos Picudos, no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), **aprovada por unanimidade.**

3. Aprovação da minuta do contrato de apoio ao Open House Porto a celebrar entre a Associação Casa da Arquitetura e o Município da Maia, para a realização plurianual do evento em 2026, 2027 e 2028 e posterior assinatura, bem como a aprovação de verba para a comparticipação financeira na organização e produção do evento

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 13692/26

Depois de submetida a discussão e votação foi a minuta de contrato a celebrar entre a Associação Casa da Arquitetura e o Município da Maia, onde são definidas as responsabilidades de cada uma das partes na organização e produção do evento “Open House Porto”, cuja próxima edição se realizará nos dias 04 e 05 de julho de 2026, disponibilizando para o efeito uma comparticipação financeira anual no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), **aprovada por unanimidade.**

4. Concessão de um benefício público à ARCNSE – Associação Recreativa e Cultural de Nogueira e Silva Escura – Maia, para a realização de atividades no âmbito da Universidade Sénior “Experiências e Saberes” 2025 – 5.000,00 (cinco mil euros)



Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, pela Senhora Vereadora da Educação e Formação Profissional, Emília de Fátima Moreira dos Santos, pelo Senhor Vereador da Cultura e Relações Internacionais, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, e pelo Senhor Vereador do Turismo e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 62513/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício público à Associação Recreativa e Cultural de Nogueira e Silva Escura – Maia, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), **aprovada por unanimidade.**

5. SMAS – Proposta da 1.ª Alteração Modificativa do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2026 e Autorização Prévia para assunção de Compromissos Plurianuais dos encargos decorrentes das despesas nela considerados

Ofício n.º DIR. 6742/2026 dos SMAS – registo n.º 10220/26

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta da 1.ª Alteração Modificativa do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2026 e autorização prévia para assunção de Compromissos Plurianuais dos encargos decorrentes das despesas nela consideradas – SMAS, **aprovada por maioria**, com a abstenção do Partido Socialista.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

6. Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência – Nomeação do Representante da Câmara Municipal da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 15783/26

Depois de submetida a discussão foi a designação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago, como representante



efetivo da Câmara Municipal da Maia no Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência, para o mandato autárquico 2025-2029, bem como a designação da Ex.ma Senhora Vice-Presidente e Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos, como representante suplente, submetida a escrutínio secreto. **Tendo-se registado 11 (onze) votos, foi aprovada com 7 (sete) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 4 (quatro) votos em branco.**

7. Fundo de Solidariedade Municipal para Apoio Financeiro em situações de Emergência Social

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 11590/26

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, interveio para esclarecer que estava a ser aprovada a afetação do valor de duzentos e cinquenta e cinco mil euros para a Emergência Social, bem como o valor de cento e cinquenta mil euros, a distribuir por três entidades, com o objetivo de apoio em bens alimentares, para que fossem as entidades que operavam mais próximo da população a proceder à atribuição dos cabazes alimentares.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para referir que, no global, os valores a atribuir às entidades referidas não perfaziam o valor de duzentos e cinquenta e cinco mil euros.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, esclareceu que existiam três tipos de apoio — o social, o alimentar e o de habitação e saúde — e que esses três apoios perfaziam o valor total de quatrocentos e cinco mil euros. Disse ainda que, sob responsabilidade direta do Município, ficaria apenas o apoio relacionado com a habitação e saúde.

Depois de submetidas a discussão e votação foram a afetação de 255.000,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) para a execução do Programa Municipal de Emergência Social 2026, e a atribuição, para o ano de 2026 de: a) 100.000,00€ (cem mil euros) ao programa (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, através da Santa Casa da Misericórdia da Maia, de acordo e nos termos da minuta de contrato que se



anexa; b) 18.750,00€ (dezoito mil, setecentos e cinquenta euros) à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, de acordo e nos termos da minuta de contrato que se anexa; c) 31.250,00€ (trinta e um mil, duzentos e cinquenta euros) às Conferências Vicentinas do Conselho de Zona da Maia e do Conselho de Zona Nossa Senhora da Paz, através da Associação das Obras Sociais São Vicente Paulo, de acordo e nos termos da minuta de contrato que se anexa, **aprovadas por unanimidade.**

8. Adenda à proposta Maia Jovem 2026 – Aprovação de tabela de preços da Taça Internacional Maia Jovem 2026

Informação da Divisão de Fomento Desportivo e Juventude – registo n.º 17041/26

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, interveio para esclarecer que aquele assunto já havia sido aprovado em reunião de Câmara e que estava a ser aprovado naquele momento apenas um aditamento à tabela de preços que não havia sido considerado na proposta inicial.

Depois de submetido a discussão e votação foi o aditamento à tabela de preços aprovada na deliberação camarária de 16/03/2026, ponto 12, dos seguintes preços de inscrição no torneio: 100,00€ (cem euros) por inscrição no torneio Maia Jovem – Boys (outdoor) – pré-qualificação; 140,00€ (cento e quarenta euros) por inscrição no torneio Maia Jovem – Boys (outdoor) – qualificação direta para o quadro principal, mantendo-se inalterados todos os restantes termos e valores constantes da referida deliberação, **aprovado por unanimidade.**

9. Retificação da Deliberação camarária tomada no ponto 11 da reunião de 15/09/2025, que aprovou a atribuição de um subsídio a título excecional, à Associação Flash Maia no valor de € 864,50 – Correção da modalidade do campeonato para Taekwondo

Informação da Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos – registo n.º 61688/25

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, interveio para esclarecer que, por lapso, na proposta e contratos aprovados na reunião de Câmara de 15 de setembro de 2025, havia sido inscrita a modalidade de Kickboxing, quando na



verdade a modalidade era Taekwondo, sendo essa a correção que estava a ser aprovada naquele ponto.

Depois de submetida a discussão e votação foi a informação, retificando a deliberação camarária tomada no ponto 11 da reunião de 15/09/2025, corrigindo a modalidade do campeonato a apoiar para Taekwondo, conforme consta da minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa, permitindo o respetivo avanço para a fase de assinatura do contrato, **aprovada por unanimidade.**

10. Empreitada de “Execução de trabalhos de reabilitação de espaço público, em zonas onde os pavimentos dos arruamentos são em betuminoso, no concelho da Maia – Lote 1”

Proposta de procedimento

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – procedimento 80/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por unanimidade.**

11. Empreitada de “Execução de trabalhos de reabilitação de espaço público, em zonas onde os pavimentos dos arruamentos são em betuminoso, no concelho da Maia – Lote 1”

Proposta de procedimento

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – procedimento 82/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por unanimidade.**

12. Proposta de fixação do preço dos bilhetes e aprovação da entrada de receita para os concertos do evento Maia Fest Music, a ocorrer entre os dias 07 e 10 de maio de 2026, bem como dos concertos de outono, a ocorrerem a 20 e 21 de novembro de 2026

Informação da Divisão de Cultura – registo n.º 10280/26



Depois de submetidas a discussão e votação foram a fixação do preço dos bilhetes do evento Maia Fest Music 2026 e Concertos de outono 2026, no valor de 10 euros para a aquisição de bilhete simples e 18 euros para aquisição de bilhete duplo, para cada espetáculo, bem como a entrada de receita nos cofres da autarquia, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **aprovadas por unanimidade.**

13. 5.ª Edição do Festival Internacional de Magia da Maia – Fixação do preço dos bilhetes e aprovação da entrada da receita

Informação da Divisão de Cultura – registo n.º 13940/26

Depois de submetidas a discussão e votação foram a fixação do preço dos bilhetes da apresentação de um espetáculo intimista, no valor de 6 euros e de duas galas da 5.ª edição do Festival Internacional de Magia da Maia, no valor de 5 euros para aquisição de bilhete simples e 8 euros para aquisição de bilhete duplo, que dará acesso a 2 ingressos, bem como a entrada da receita nos cofres da autarquia, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **aprovadas por unanimidade.**

14. Processo de alteração ao lote 12 do alvará de loteamento n.º 8/99, de iniciativa Municipal

Informação da Divisão de Gestão Urbana – registo n.º 14204/26

Depois de submetido a discussão e votação foi o parecer favorável isento de controlo prévio, **aprovado por unanimidade.**

15. Processo de vistoria de segurança n.º 24/25 – aprovação do auto do projeto de intenção de decisão

Informação da Unidade de Licenciamento das Atividades Económicas e Vistorias – registo n.º 17723/26

Depois de submetido a discussão e votação foi o auto do projeto de intenção de decisão referente ao processo de vistoria de segurança n.º 24/25, para exercício de “Audiência dos Interessados”, nos termos e para os efeitos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/15, de 07 de janeiro, na sua redação atual, **aprovado por unanimidade.**



**16. Processo de vistoria de salubridade com intuito de realojamento n.º 06/25
– aprovação do auto definitivo**

Informação da Unidade de Licenciamento das Atividades Económicas e Vistorias – registo n.º 17971/26

Depois de submetido a discussão e votação foi o auto definitivo referente ao processo de vistoria de salubridade com intuito de realojamento n.º 06/25, **aprovado por unanimidade.**

17. Aprovação da proposta de delimitação da Unidade de Execução referente à SUOPG 26, Cavadas, freguesia da Cidade da Maia, e abertura do período de discussão pública

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 11404/26

Depois de submetidas a discussão e votação foram: 1) delimitação da UE nos termos apresentados, conforme art.º 147.º do RJIGT; e 2) abertura de um período de discussão pública, em termos análogos aos previstos para o plano de pormenor, conforme n.º 4 do art.º 148.º do já referido RJIGT, **aprovadas por unanimidade.**

18. Constituição do Conselho Municipal de Educação

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 18049/26

Depois de submetida a discussão foi a nomeação dos Representantes ao Conselho Municipal de Educação da Maia, nos termos do Quadro n.º 2, anexo à proposta, submetida a escrutínio secreto. **Tendo-se registado 11 (onze) votos, foi aprovada com 7 (sete) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 4 (quatro) votos em branco.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, ambos na sua redação atual.



19. Abertura de procedimento concursal para recrutamento de dirigente intermédio de 2.º grau, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 12671/26

Depois de submetidas a discussão e votação foram: 1) abertura de procedimento concursal para recrutamento de dirigente intermédio de 2.º grau, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento; e 2) composição do júri, pelos seguintes elementos: Presidente – Alexandra Maria de Carvalho Pereira, Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia; Vogais efetivos – Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e José Luís Silva Marques, Diretor do Departamento Jurídico e Auditoria da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto; Vogal Suplente – Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal da Maia, **aprovadas por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual.

20. Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho da carreira de Assistente Operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 14727/26

Depois de submetidas a discussão e votação foram: 1) abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego pública na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de 10 meses, com vista à ocupação de 1 (um) posto de trabalho na carreira de Assistente Operacional; 2) nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, que o júri seja composto pelos seguintes elementos: Presidente – Júlio António Pereira Pinto Guimarães, Diretor do Departamento de Educação, Ciência e Cultura;



1.º Vogal efetivo – Sandra Cristina Salsas Pascoal, Chefe da Divisão de Educação e Ciência, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal efetivo – Raquel Alexandra Silva Santos, Coordenadora Integrada do Pessoal Não Docente, da Divisão de Educação e Ciência; Vogais suplentes – Maria da Conceição Pacheco da Silva, Técnica Superior da Divisão de Educação e Ciência e André Filipe dos Santos Moreira, Técnico Superior da Divisão de Recursos Humanos, **aprovadas por unanimidade.**

21. Criação de centro Europe Direct Maia 2026-2030

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Relações Internacionais, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 63571/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a aprovação da criação do centro Europe Direct Maia 2026-2030, **ratificada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

22. Empreitada de “Execução de trabalhos de reabilitação de espaço público, em zonas onde os pavimentos dos arruamentos são em cubos de granito, no concelho da Maia – Lote 2”

Proposta de procedimento

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – procedimento 17/26

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por unanimidade.**

23. Empreitada de “Beneficiação da Avenida de S. Fins, na freguesia de S. Pedro Fins”

Retificação do caderno de encargos e alteração do júri do procedimento

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – procedimento 37/25



Depois de submetidas a discussão e votação foram a proposta de retificação do Caderno de Encargos e Alteração do Júri do Procedimento, **aprovadas por unanimidade.**

24. Pedido de isenção de taxas para Desfile de Carnaval no dia 13/02/2026 – Associação de Pais da EB/JI n.º 2 de Gueifães

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 5431/26

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais da EB/JI n.º 2 de Gueifães, **aprovado por unanimidade.**

25. Pedido de isenção de taxas de licenças para Desfile de Carnaval no dia 13/02/2026 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica EB da Seara e JI da Campa do Preto

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 7728/26

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica EB da Seara e JI da Campa do Preto, **aprovado por unanimidade.**

26. Pedido de isenção de taxas de licenças para as Festas do Santo António da Guarda – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salvador de Moreira

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 13848/26

Depois de submetido a discussão e votação foi pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salvador de Moreira, **aprovado por unanimidade.**

27. Pedido de isenção de taxas de licença especial de ruído – Arraial de 28/03/2026 a 29/03/2026 – Associação de Estudantes da Universidade da Maia



Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
15103/26

Depois de submetida a discussão e votação foi a aprovação do pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Estudantes da Universidade da Maia, **ratificada por unanimidade.**

28. Pedido de isenção de taxas de licença especial de ruído – Empreitada Municipal – Valcomar Investimentos Unipessoal

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
12350/26

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela empresa Valcomar Investimentos Unipessoal, **aprovado por unanimidade.**

29. Pedido de isenção de taxas de licenças para a realização de Procissão Eucarística de Quinta-feira Santa, a 02/04/2026 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Nossa Senhora da Natividade de Pedrouços

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
15113/26

Depois de submetida a discussão e votação foi a aprovação do pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Nossa Senhora da Natividade de Pedrouços, **ratificada por unanimidade.**

30. Participação dos Municípios nos impostos do Estado (PIE) e no Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), LOE 2026 – Atualização dos valores a transferir para as Juntas de Freguesia

O Senhor Vereador, João José de Magalhães Torres, interveio para questionar quais os critérios utilizados para a atribuição das verbas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que o que estava a ser apresentado era o definido pela lei geral. Disse ainda que, no ano anterior, houve uma atualização aos valores a transferir para as freguesias e que, a partir daquele momento, as verbas seriam atualizadas anualmente à taxa de inflação. Esclareceu ainda que haviam sido solicitados



contributos às freguesias, no sentido de aferir quais as competências passíveis de serem assumidas pelas mesmas, para posterior análise e compilação num novo Regulamento, a submeter à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, interveio para questionar de que forma o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, havia consultado os Presidentes de Junta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que os dez Presidentes de Junta se haviam reunido várias vezes, tendo chegado a uma posição harmonizada sobre uma proposta a apresentar à Câmara Municipal.

O Senhor Vereador, João José de Magalhães Torres, interveio para questionar se os Autos de Transferência ainda poderiam ser atualizados.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que os Autos de Transferência se encontravam em vigor e que o modelo que viria a surgir seria algo distinto do atual.

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, interveio para esclarecer que a Assembleia de Freguesia de Pedrouços não havia aprovado o novo Contrato Interadministrativo e que, por essa razão, o valor da freguesia de Pedrouços aparecia como não tendo sido atualizado.

O Senhor Vereador, João José de Magalhães Torres, interveio para questionar qual o intervalo temporal previsto para a resolução da situação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que esperava que o assunto estivesse resolvido até ao final do primeiro semestre de 2026.

Foi tomado conhecimento.

31. Deliberações tomadas na 4.ª Sessão Extraordinária do mandato 2025-2029 da Assembleia Municipal de 16/03/2026

Ofício da Assembleia Municipal – registo n.º 15650/26

Foi tomado conhecimento.



Pelas 18:48h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 17 (dezassete) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 07 de abril de 2026